



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA, TURISMO, EVENTOS, ESPORTE E LAZER

Processo Nº	445/25
FL Nº	05
Ass	R

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

O Carnaval é uma manifestação cultural de grande relevância social, histórica e turística, constituindo-se em um dos principais eventos do calendário oficial do Município de Rio Claro/RJ. A realização do Carnaval 2026, nos distritos de Rio Claro, Lídice e Passa Três, demanda planejamento técnico especializado, coordenação logística, estrutura adequada e atrações artísticas capazes de atender ao público estimado, garantindo segurança, organização, acessibilidade e qualidade dos serviços prestados.

A Administração Pública Municipal não dispõe, em seu quadro próprio, de estrutura técnica, operacional e artística suficiente para executar, de forma direta, todas as atividades necessárias à produção, organização e administração de um evento de grande porte e múltiplos polos, como o Carnaval. Tais atividades envolvem, entre outras, a montagem e desmontagem de estruturas, gerenciamento de palcos, sonorização, iluminação, logística, coordenação de equipes, contratação e gestão de atrações musicais, bem como o cumprimento de exigências legais, técnicas e de segurança.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa(s) especializada(s) para viabilizar a execução integral do evento, assegurando a padronização dos serviços, a eficiência administrativa, o atendimento às normas legais vigentes e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Considerando a diversidade e a especificidade dos serviços envolvidos, bem como a busca pela ampliação da competitividade, economicidade e especialização técnica, o objeto foi dividido em lotes, permitindo a contratação de fornecedores distintos conforme sua área de atuação, a saber:

- Lote 1: Produção, organização e administração do Carnaval nos distritos de Rio Claro, Lídice e Passa Três, abrangendo a infraestrutura e logística necessárias à realização dos eventos;
- Lote 2: Contratação de bandas musicais para as apresentações artísticas durante o período carnavalesco;
- Lote 3: Contratação de DJs para compor a programação musical do evento.

A divisão em lotes possibilita maior competitividade no certame, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e assegura que cada serviço seja executado por empresas com comprovada capacidade técnica e experiência no segmento específico.

Assim, a contratação pretendida mostra-se imprescindível para garantir a realização do Carnaval 2026, promovendo o lazer da população, o fortalecimento da cultura local, a movimentação da economia e o incentivo ao turismo, em consonância com o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública.

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais – PCA?

() SIM

(x) NÃO

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

O presente estudo refere-se à hipótese de licitação para a contratação de empresa(s) especializada(s) na produção, organização e administração de eventos, visando à realização do Carnaval 2026 no Município de Rio Claro/RJ, nos distritos de Rio Claro, Lídice e Passa Três.

A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) atender a todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, os quais serão devidamente detalhados no Termo de Referência, em conformidade com a legislação vigente.

Os serviços a serem prestados são classificados como de natureza não continuada, uma vez que sua execução ocorrerá em datas previamente definidas, limitadas ao período de realização do evento carnavalesco.

Os serviços deverão ser executados em observância às normas técnicas aplicáveis, bem como às orientações e diretrizes voltadas à sustentabilidade ambiental, incluindo, sempre que possível, a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promovam o uso racional de recursos e assegurem a adequada destinação de resíduos gerados durante o evento.

A vistoria prévia aos locais dos eventos será facultativa, ficando a critério das licitantes a sua realização, não constituindo condição obrigatória para participação no certame.

Requisitos gerais aplicáveis a todos os lotes:

a) Comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência compatível com o objeto da contratação;

b) Comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira, conforme exigências legais e condições a serem estabelecidas no Termo de Referência;

c) Execução dos serviços em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal, especialmente aquelas relacionadas à segurança, saúde pública, acessibilidade, direitos autorais, meio ambiente e posturas municipais;

d) Disponibilidade de equipe técnica qualificada, recursos humanos, materiais e equipamentos necessários para a plena execução dos serviços, garantindo qualidade, eficiência e cumprimento dos prazos estabelecidos;

e) Cumprimento das normas de segurança do trabalho, com adoção de medidas preventivas voltadas à proteção de trabalhadores, artistas, servidores e do público em geral;

f) Atendimento às orientações da Administração quanto à organização, cronograma, logística e fiscalização, permitindo o acompanhamento e a avaliação da execução contratual.

Requisitos específicos por lote:

Lote 1 – Produção, organização e administração do Carnaval:

Processo Nº	445/25
FL Nº	96
Ass	R

Processo Nº 445/25
FL Nº 07

a) Experiência comprovada na produção e gestão de eventos de médio e grande porte, preferencialmente eventos populares e festividades públicas;

b) Capacidade técnica e operacional para fornecimento e gerenciamento da infraestrutura necessária, incluindo montagem, desmontagem e coordenação logística;

c) Aptidão para integrar e coordenar as atividades necessárias à realização do evento nos distritos de Rio Claro, Lídice e Passa Três.

Lote 2 – Contratação de bandas musicais:

a) Comprovação de experiência na contratação e gerenciamento de atrações musicais para eventos públicos de porte compatível;

b) Garantia de regularidade dos artistas, incluindo aspectos contratuais, direitos autorais e cumprimento da programação estabelecida;

c) Adequação do repertório ao perfil do evento e ao público-alvo.

Lote 3 – Contratação de Djs:

a) Experiência na contratação, representação ou gestão de Djs para eventos públicos ou privados de natureza similar;

b) Garantia de execução das apresentações conforme a programação definida pela Administração;

c) Capacidade técnica e operacional para atender às demandas sonoras do evento.

Os requisitos ora estabelecidos visam assegurar a legalidade, a eficiência, a segurança e a qualidade da contratação, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame, em observância aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e do interesse público.

IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

O quantitativo estimado para cada evento encontra-se no anexo.

Foram levantados com base nas edições anteriores dos mesmos eventos e com base em relatos de pessoas de cada localidade e organizadores que apresentaram os problemas encontrados.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Para atendimento à demanda relacionada à realização do Carnaval 2026 no Município de Rio Claro/RJ, foi realizada uma análise com o objetivo de identificar as possíveis alternativas para a execução do objeto, bem como avaliar a viabilidade técnica, operacional e econômica de cada uma delas.

Após análise, verificaram-se as seguintes possibilidades de atendimento à demanda:

a) Aquisição definitiva dos itens descritos no Termo de Referência

Essa alternativa consistiria na aquisição, em caráter definitivo, de todos os equipamentos e materiais necessários à realização dos eventos. Embora represente um desembolso único por

parte da Administração, tal solução apresenta diversas limitações e desvantagens, dentre as quais se destacam:

- O elevado custo de aquisição, considerando a grande quantidade e diversidade de itens necessários;
- A necessidade de armazenamento adequado, tendo em vista que cada equipamento demanda forma específica de guarda e acondicionamento;
- A manutenção contínua dos equipamentos, que implicaria na celebração de contratos adicionais para garantir o pleno funcionamento dos itens em caso de defeitos ou falhas;
- A obsolescência tecnológica, especialmente no que se refere a equipamentos eletrônicos, em razão da constante evolução tecnológica;
- A exigência de atendimento a diversas obrigações legais e técnicas para liberação dos eventos junto aos órgãos competentes, tais como Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), laudos, certificados e demais documentos exigidos pelos órgãos de segurança;
- A impossibilidade de atendimento integral da demanda, uma vez que a simples aquisição de equipamentos não contempla os serviços especializados envolvidos, como produção, coordenação e apresentações artísticas.

Diante desses fatores, conclui-se que a aquisição definitiva dos itens não se mostra a alternativa mais adequada para atendimento ao interesse público.

b) Licitação para contratação de empresas especializadas

Outra alternativa analisada consiste na instauração de procedimento licitatório para a contratação de empresas especializadas na realização de eventos, seja por meio de licitação específica ou, em tese, por meio de ata de registro de preços.

A contratação por meio de licitação permite a apresentação de propostas customizadas à realidade do Município, considerando as particularidades de cada local, o tipo de evento, o quantitativo de público estimado e as exigências técnicas e legais envolvidas.

Após a análise das alternativas, a solução técnica escolhida foi a realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, para a contratação de empresa(s) especializada(s) na produção, organização e administração de eventos. Tal escolha justifica-se pelo fato de que o objeto não se limita à montagem de estruturas, abrangendo também o gerenciamento integrado dos serviços, tais como montagem e operação de palco, som e iluminação, os quais são interdependentes e se complementam, além da responsabilidade pela obtenção das liberações necessárias junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos competentes.

Ressalta-se que as particularidades dos locais de realização dos eventos, bem como as diferenças quanto ao tipo de evento e ao quantitativo de público, inviabilizam a padronização dos itens e serviços, tornando inadequada a adoção de soluções genéricas.

Além disso, as apresentações artísticas não se mostram apropriados para contratação por meio de atas de registro de preços, em razão de sua natureza específica, sazonal e diretamente vinculada às características do evento.

Por se tratar de objeto específico, diretamente relacionado à realidade do Município de Rio Claro/RJ, não se revela adequada a simples utilização de parâmetros de contratações realizadas por outros entes federativos, razão pela qual a estimativa de preços baseou-se em pesquisa de mercado, mediante solicitação de orçamentos a diversas empresas do ramo, bem como na análise de contratações similares anteriormente realizadas pelo próprio Município.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

Com base nos últimos eventos e com as alterações acrescentadas para 2026, trabalha-se com um valor de referência de aproximadamente R\$ 550.000,00. Sendo que o valor deverá cair nas fases de lance do certame.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

A solução definida para atendimento da necessidade administrativa caracteriza-se como abrangente e integrada, contemplando todas as etapas necessárias à realização dos eventos, desde a fase de planejamento e concepção até a execução, encerramento e avaliação pós-evento.

Com base na análise de mercado realizada e em consonância com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o planejamento como elemento central da fase preparatória do processo licitatório, a solução proposta compreende:

- Planejamento inicial, com a definição dos objetivos específicos de cada evento, considerando as particularidades dos locais de realização e o público estimado;
- Definição clara de responsabilidades, fluxos de trabalho e cronograma de execução, assegurando que todos os agentes envolvidos compreendam suas atribuições e prazos, de forma a garantir a execução eficiente e coordenada dos serviços;
- Gestão e coordenação integrada de todas as etapas do evento, promovendo a adequada articulação entre os diversos serviços contratados, de modo a assegurar a conformidade com o planejamento previamente estabelecido;
- Logística completa, abrangendo a montagem e desmontagem de estruturas, transporte, apoio operacional, segurança, limpeza e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos eventos;
- Atendimento às normas técnicas, legais e regulatórias, especialmente aquelas relacionadas à segurança, acessibilidade, saúde pública e conforto do público, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da Administração Pública;
- Mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação contínua da execução, permitindo a adoção de medidas corretivas em tempo hábil e a adequada gestão de eventuais imprevistos ou alterações de cenário;
- Adoção de práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, com a identificação de possíveis impactos ambientais decorrentes da realização dos eventos e a implementação de medidas mitigadoras, em alinhamento ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável;
- Elaboração de relatórios pós-evento, destinados à avaliação de desempenho da contratação e ao aperfeiçoamento do planejamento de futuras ações e eventos promovidos pela Administração.

A solução proposta foi definida após análise criteriosa do mercado, levando em consideração a eficiência dos métodos disponíveis, a qualidade dos serviços ofertados e as experiências anteriormente exitosas do Município. Foram igualmente avaliados os aspectos relacionados à relação custo-benefício, à economicidade e à capacidade de atendimento integral da demanda.

Dessa forma, a solução adotada encontra-se em consonância com os princípios da eficiência, eficácia, proporcionalidade, planejamento e sustentabilidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como com os objetivos estabelecidos no art. 11 do referido diploma legal, assegurando a obtenção da solução mais vantajosa para a Administração Pública e o adequado atendimento ao interesse público.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa devem orientar todas as contratações

públicas, impondo à Administração a análise criteriosa quanto à conveniência do parcelamento ou não do objeto, de modo a otimizar a utilização dos recursos públicos e assegurar a adequada execução contratual.

No presente caso, a análise do parcelamento do objeto levou em consideração a natureza dos serviços, o grau de interdependência entre as atividades, a especialização técnica exigida e os impactos na gestão e fiscalização dos contratos.

Verificou-se que os serviços relacionados à produção, organização, administração e infraestrutura dos eventos possuem elevado grau de integração entre si, uma vez que envolvem planejamento, montagem e operação de estruturas, logística, coordenação técnica, gerenciamento de palco, som e iluminação, além da interlocução com órgãos de fiscalização e segurança. A contratação desses serviços de forma centralizada favorece a padronização de procedimentos, a redução de riscos operacionais, a agilidade na tomada de decisões e a simplificação da gestão contratual, além de possibilitar ganhos de economia de escala.

Dessa forma, optou-se por licitar os serviços de natureza estrutural e operacional em forma de um lote, considerando os locais de realização, de modo a garantir qualidade uniforme, eficiência na execução e maior controle por parte da Administração.

Por outro lado, os serviços relativos às apresentações artísticas, notadamente a contratação de bandas e a contratação de DJs, apresentam características distintas, com menor interdependência em relação à estrutura física e logística dos eventos, além de demandarem especialização específica e possuírem dinâmica própria de mercado. Por essa razão, tais serviços foram segregados em lotes próprios, permitindo maior competitividade, ampliação da participação de fornecedores especializados e obtenção de propostas mais vantajosas.

Assim, o parcelamento adotado — com a divisão do objeto em lotes distintos e tecnicamente justificados — atende ao disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, por promover o equilíbrio entre economicidade, eficiência, competitividade e adequada gestão contratual, sem comprometer a execução integrada e harmônica dos eventos.

IX. RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

A seleção de proposta para contratação de empresa especializada em produção, administração e organização de evento, visa alcançar resultados que estejam alinhados aos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei 14.133 de abril de 2021, garantindo a obtenção do maior proveito para a administração pública e para a sociedade. Os resultados pretendidos incluem:

Atendimento eficiente e eficaz das demandas;

Seleção de propostas que assegurem o melhor custo-benefício para a Administração Pública, incluindo análises que considerem o ciclo de vida do objeto, em conformidade com o Art. 11, I da Lei 14.133;

Respeito ao princípio da isonomia, garantindo a igualdade de condições a todos os concorrentes, com tratamento justo e sem favorecimentos ou prejuízos indevidos, em conformidade com o Art. 11, II da Lei 14.133;

Incentivo à competitividade, evitando-se contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e atuando para coibir o superfaturamento na execução dos contratos, conforme estabelecido no Art. 11, III da Lei 14.133;

Processo Nº	445/25
FL Nº	10
Ass	R

Proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, alinhando as práticas de execução dos eventos às diretrizes da sustentabilidade e às exigências legais correlatas, conforme preconiza o Art. 11, IV da Lei 14.133;

Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do município, mediante a realização de eventos que promovam a cultura, lazer e vocações turísticas, oferecendo à população local e aos visitantes uma experiência de qualidade;

Promoção da transparência dos atos administrativos, garantindo a publicidade e a clareza das informações sobre os eventos realizados, em observância ao princípio da publicidade e das demais normativas do Art. 5º da Lei 14.133;

Assegurar uma gestão eficiente dos recursos públicos, adotando práticas de planejamento, execução e fiscalização coerentes com os princípios da eficiência e da economicidade.

Os objetivos traçados estão fundamentados na jurisprudência pertinente à Lei de Licitações, a qual estabelece um marco regulatório preciso para as contratações públicas, demandando planejamento e ações estratégicas para o alcance dos resultados pretendidos. A expectativa é que, por meio do atendimento a estes critérios e da eficiente supervisão dos contratos, seja efetivada uma contratação não somente dentro dos aspectos legais e técnicos, mas também alinhada aos interesses da coletividade.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

O único ponto a ser observado é a troca de informações entre o contratante e pessoas da localidade, envolvidas no processo, como por exemplo os Administradores Distritais e organizadores de blocos carnavalescos.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

Não é necessária contratação correlata ou independente.

XII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

Quanto aos critérios de sustentabilidade devem ser atendidos os seguintes requisitos:

Observar os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, com destaque:

- a) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- b) redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;
- c) utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;
- d) observação das normas do INMETRO;
- e) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- f) fornecer e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os seus empregados e equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da ABNT e Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

Processo Nº	415/25
FL Nº	11
Ass	R

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
(Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Este Membro da Comissão orçamentária ou Comissão, declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Rio Claro, 8 de dezembro de 2025.


Alexandre N. de Oliveira

Membro da comissão de acompanhamento orçamentário
21/180

Processo Nº	945/25
FL Nº	12
Ass.	